



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0009204-34.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins**
 Documento de Origem: **CF, OF, IP-Flagr. - 3301/2014 - DISE - Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes de São Carlos, 2772/2014 - DISE - Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes de São Carlos, 114/2014 - DISE - Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Jeferson Veríssimo**

Réu Preso

Justiça Gratuita

Aos 05 de novembro de 2014, às 13:30h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). **ANTONIO BENEDITO MORELLO**, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Gustavo Luís de Oliveira Zampronho, Promotor de Justiça, bem como o réu **JEFFERSON VERÍSSIMO**, devidamente escoltado, acompanhado do Defensor Público, Dr. Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro. Iniciados os trabalhos, o acusado foi interrogado, sendo em seguida inquiridas as testemunhas de acusação Douglas Fabiano Sita e Fabio Antonio da Silva Buzatto, em termos apartados. Ausentes as testemunhas comuns Ricardo Rodrigues Veríssimo e Clinton Miterran Machado dos Santos. As partes desistiram de inquirir as testemunhas faltantes. O MM. Juiz homologou as desistências e estando concluída a instrução determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao Dr. PROMOTOR:** MM. Juiz: Autoria e materialidade estão provadas. O pedido deve ser julgado integralmente procedente. A materialidade do delito de Tráfico de Drogas notadamente pelo auto de prisão em flagrante, auto de apreensão das drogas e dinheiro (fls. 21/22), fotografia a fls. 25/26, mas principalmente pelo laudo de exame químico toxicológico a fls. 35/36, o qual comprova a natureza entorpecente das substâncias encontradas com o réu (cocaína). Ademais a quantidade e modo de embalagem das drogas apreendidas, a forma como se deu a abordagem do réu, o local em que ele foi encontrado e seu anterior envolvimento com crime desta natureza tornam indiscutível a configuração do crime de tráfico de drogas. Também pela análise dos elementos colhidos nos autos, sobretudo pelos relatos produzidos em audiência, se comprova também a autoria deste fato. A testemunha, Douglas Fabiano Sita, comentou que estavam em patrulhamento e receberam uma informação de que estava ocorrendo tráfico no local. A hora que chegou, Jefferson saiu correndo. Conseguiu ver pela porta, que estava aberta. Encontraram a droga escondida no forro do imóvel. Jeferson assumiu a propriedade do entorpecente e comentou



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

que estava vendendo para poder comprar utensílios para tatuagem, pois queria parar de traficar. Ele assumiu que ia até o Bairro Jardim Gonzaga e comprava uma pedra grande para dividir depois. A informação era só sobre o imóvel, com numeral. Ele jogou a droga sobre o forro. Com o réu ainda foi encontrada a quantia de R\$103,00. Já conhecia Clinton e Ricardo, os quais disseram ser viciados e negaram que a droga fosse deles. Ele estava normal, não aparentava ter usado “crack”. Ele também admitiu que o dinheiro era para comprar entorpecente. A testemunha, Fabio Antônio da Silva Buzatto, policial militar, corroborou a versão apresentada pelo colega de farda. O réu, Jeferson, disse que trabalhava como tatuador e que já foi denunciado por tráfico, mas o crime foi desclassificado para porte. Disse que a droga era para uso próprio e que recebeu a droga como pagamento de uma tatuagem feita. Tinha acabado de receber a droga e a escondeu no forro quando da chegada dos policiais. Estava com um amigo e com um primo, usando uma das “rochas”. Tinha feito tatuagem na testemunha Clinton, um demônio na coxa dele. Meras evasivas! A versão do acusado é totalmente contraditória. Ninguém adquire essa quantidade de entorpecente para o uso. Ademais, a riqueza de detalhes dos testemunhos dos policiais é indicativo seguro da veracidade dos fatos. Nenhum deles conhecia o réu e não teriam motivos para incriminá-lo. Se houvesse motivo de incriminação gratuita, os milicianos o teriam feito contra quem já era conhecido dos meios policiais, Clinton, e não contra um desconhecido até então. Assim, a negativa do réu está isolada no conjunto de provas. O fato de ser possível usuário não o isenta das responsabilidades pela prática do tráfico aqui comprovada. Sua versão de que a droga era para uso pessoal também é contrariada pelos relatos policiais e pelos elementos objetivos e técnicos presentes nos autos, os quais demonstram a apreensão de drogas em poder dele, ou seja, no interior do imóvel em que ele residia. Não há razão plausível alguma para desacreditar a palavra dos Policiais Militares ouvidos durante as duas fases de instrução, sobretudo porque não conheciam o réu e ele próprio disse nada ter contra eles. Posto isso, o Ministério Público pugna pela integral procedência da presente ação, condenando-se o acusado nos exatos termos da Denúncia. No que diz respeito à fixação e dosimetria da pena, requeiro sejam observadas as disposições da Lei Federal n. 8.072/90, sobretudo a fixação do regime prisional em inicialmente fechado. Anoto que o réu já se viu envolvido com tráfico de drogas e tem outro envolvimento com drogas (fls. 76), o que demonstra seu constante envolvimento com o tráfico de drogas, inviabilizando, neste aspecto, a aplicação de qualquer benefício redutor de pena ou mesmo a substituição da pena privativa por restritiva de direitos. Se não bastasse, é reincidente (fls. 71). A quantia apreendida deve ser declarada perdida em favor da União, pois se mostra proveito obtido com a prática do crime aqui comprovado, não só pelas evidências colhidas nos autos, mas porque o réu não obteve êxito na demonstração da procedência lícita destes valores. **Dada a palavra à DEFESA:** MM. Juiz: A Defesa não nega o delito em apuração é daqueles que a doutrina classifica como permanente. De fato, considerando o momento consumativo do delito, não há dúvida na doutrina da natureza permanente do tráfico nas modalidades guardar e ter em depósito. O que a Defesa pretende ver reconhecido aqui é uma tese anterior à análise da classificação do delito. Só se descobriu a ocorrência de crime permanente quando o domicílio já estava violado. Essa violação afronta os incisos X e XI do artigo 5º da CF. Primeiramente, não há nenhuma prova de que a polícia tivesse de fato recebido denúncia anônima. Chegando ao local e supondo veraz essa denúncia anônima, é fato que nenhum crime foi visualizado. O flagrante costuma ser definido como “certeza visual do crime”. Restou claro que os policiais entraram na casa sem a visualização de crime algum. Chegaram na sala depois de render duas pessoas no quintal e nesse momento também não se tinha nenhum crime configurado. O réu correu dentro de sua própria casa e isso ao que consta também não é crime. Foi preciso fazer busca com o emprego de uma escada e então no forro do banheiro se localizou a droga. Nesse ponto já havia duas pessoas detidas sem flagrante algum. Somente aí o crime de tráfico foi descoberto. Evidente que antes dessa descoberta o domicílio, a intimidade e a vida privada já estavam violados. Trata-se de antecedência lógica, que não pode ser desprezada.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

Ademais, a inviolabilidade de domicílio tem conteúdo normativo e status de direito fundamental. A classificação do crime como permanente, por sua vez, é vazia do ponto de vista normativo e por óbvio não limita de qualquer modo o conteúdo do direito fundamental que deve ser lido sempre à luz de sua máxima efetividade. Obviamente não se fará aqui qualquer consideração sobre uma possível diferenciação de direitos sobre o domicílio de ricos e de pobres, pois o Judiciário respeita indistintamente uns e outros. Cabe requerer à luz desses argumentos que se reconheça que a prova foi obtida com violação de norma constitucional, o que conduz à sua ilicitude. É tão grave essa cominação legal que o artigo 157 do CPP determina o desentranhamento de provas que tenham essa mácula. Assim, considerando que a ilicitude da prova afeta a materialidade do crime e a própria justa causa da ação penal requer-se a absolvição do réu. Em seguida o MM. Juiz proferiu a seguinte sentença: **VISTOS. JEFERSON VERÍSSIMO** RG 48.824.542/SP, com dados qualificativos nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 33, “caput”, da Lei 11.343/06, porque no dia porque no dia 06 de setembro de 2014, por volta das 19h15, na Rua Irineu Rios, 1922, Jardim Beatriz, nesta cidade e comarca, guardava/tinha em depósito, para fins de entrega ao consumo de terceiros, sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar, 45 invólucros de papel alumínio, contendo pedras de “crack”, pesando aproximadamente 16,1g, substância que determina dependência física e psíquica, além da quantia de R\$103,30 em dinheiro. Segundo restou apurado, policiais militares receberam informações via Copom, de que estaria ocorrendo tráfico no local dos fatos. Assim os policiais dirigiram-se até o local dos fatos e encontraram o denunciado Jeferson e mais duas pessoas (usuários) sendo que o denunciado ao perceber a presença da polícia correu para um pequeno cômodo, retornando logo em seguida. Após revista pessoal, os policiais encontraram o dinheiro referido em poder de Jeferson e, após buscas no local, foi localizado sobre o forro do pequeno cômodo um invólucro de plástico contendo quarenta e cinco pedras de “crack”, tendo o denunciado, morador do local, assumido a propriedade da droga e admitido a prática de tráfico. O denunciado possui envolvimento anterior pelo crime de tráfico. A natureza, a quantidade dos entorpecentes apreendidos, já separados e embalados para a venda, as circunstâncias de apreensão, bem como o encontro de dinheiro evidenciam que a droga era destinada ao tráfico ilícito de entorpecentes. O réu foi preso e autuado em flagrante, sendo esta prisão convertida em prisão preventiva (fls. 23 do apenso). Expedida a notificação (fls. 57/58), o réu, através do Defensor público, apresentou defesa preliminar (fls. 60/61). A denúncia foi recebida (fls. 62) e o réu foi citado (fls. 73/74). Nesta audiência, sendo o réu interrogado, foram inquiridas duas testemunhas de acusação (comuns). Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação, nos termos da denúncia, enquanto que a Defesa requereu a absolvição sustentando que a ação policial foi irregular, com infração à norma constitucional, não podendo prevalecer na situação. **É o relatório. DECIDO.** O Centro de Operações da Polícia Militar recebeu denúncia de que em determinada casa estava ocorrendo o tráfico de entorpecentes. Então uma guarnição de policiais foi fazer a averiguação e chegando no endereço denunciado, que era a residência do réu, ali estava este e mais dois rapazes. O réu, como ele próprio confessou, ao perceber a chegada dos policiais, correu para outro cômodo do imóvel, onde escondeu no forro um pacote com pedras de “crack”. Na sequência houve a abordagem de todos e os policiais, vistoriando o forro, encontraram o entorpecente. Toda a droga, constituída de 45 pedras de “crack”, pesou 16,1 gramas e está mostrada na foto de fls. 25/26 e sendo submetida a exame prévio de constatação e ao toxicológico definitivo, o resultado foi positivo para cocaína (fls. 32 e 36). A materialidade é certa. A autoria também resultou comprovada porque era o réu que ocupava aquele imóvel, onde a droga foi localizada, e ele próprio admitiu na polícia e em juízo, que tinha aquele entorpecente. A Defesa sustenta a ilegalidade da ação policial porquanto houve invasão do domicílio, sem ordem judicial e tal ação antecipou o encontro da droga, que configuraria o crime pelo qual o réu foi denunciado. De ver, inicialmente, que nas circunstâncias do fato aqui examinado, não há que se falar em desrespeito à



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

inviolabilidade do domicílio. A entrada de policiais em uma residência independe de mandado judicial quando se está diante de um flagrante de tráfico de drogas, delito considerado permanente. O sempre festejado Damásio Evangelista de Jesus já observou: “O STJ, já na vigência CF de 1988, decidiu que o seu artigo 5º, XI, admite, ainda que durante à noite, a entrada em casa alheia, mesmo contra a vontade do morador e sem mandado judicial, para efetuar prisão em flagrante” (Lei Antitóxicos Anotada, p. 95). Nesse sentido também a jurisprudência: “Por força da ressalva inserido no artigo 5º, XI, da CF, o ingresso em residência encontra-se expressamente autorizado, em qualquer dia e horário, e independentemente de autorização judicial, quando em seu interior encontra-se configurado o denominado estado de flagrância, como na hipótese de delito insculpido no artigo 12 da Lei 6368/76- hoje 33 da Lei 11343/06- sob a modalidade “ter em depósito” ou “guardar”, o qual, sendo crime permanente, admite a prisão em flagrante em qualquer momento” (RT 764/609). Ainda: “No crime de tráfico de entorpecentes é admissível que a autoridade policial ingresse em casa alheia, mesmo que seja à noite, independentemente do consentimento do morador e sem expedição do mandado judicial, para efetuar a prisão em flagrante, pois trata-se de crime permanente em que o flagrante é contínuo” (RT 752/576). E no caso dos autos os policiais foram até aquela residência porque tinham denúncia de que ali acontecia o tráfico. Além disso, na chegada ao local, o réu deu mostras da ocorrência do crime porque correu para outro cômodo onde, como ele próprio confessou, foi esconder a droga que estava portando. Tal situação justificava a entrada dos policiais na residência e a legalidade desta ação foi confirmada pelo encontro da droga. Resta decidir se o réu deve ser reconhecido como traficante ou como mero usuário, como buscou sustentar em juízo. O réu foi franco aos policiais quando admitiu de pronto que era o possuidor da droga, que guardava e tinha em depósito para revender. Inclusive justificou que adquiria o entorpecente de outro traficante e após redividir as porções e triplicá-las, fazia a venda. Esta informação que ele deu para os policiais no ato de sua prisão foi a mesma que apresentou ao delegado no momento em que foi interrogado no auto de prisão em flagrante (fls. 7). Não é aceitável o alibi apresentado em juízo de que tinha recebido várias dezenas de pedras de “crack” em pagamento de serviço de tatuagem. A quantidade apreendida é bem superior àquela que se costuma encontrar com pessoas viciadas quando são pilhadas na posse de entorpecente para o uso. Sem dúvida alguma o réu guardava a droga apreendida para a venda, ou seja, a realização de tráfico. Aliás, ele já foi autuado em flagrante pelo mesmo delito, mas teve a sorte de ter a acusação desclassificada e enquadrada no insignificante delito de posse de droga para uso próprio. Desta vez não tem a mesma sorte. Sua condenação pelo crime que lhe foi imputado é medida inarredável. O réu é tecnicamente primário. Embora já envolvido com droga, mostra-se como pessoa viciada, que realiza o tráfico para obter algum lucro e também alimentar o vício. Não pode ser considerado como envolvido em organização criminosa, de forma que entendo possível aplicar a causa de diminuição de pena prevista no parágrafo 4º do artigo 33 da Lei 11343/06. Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE A ACUSAÇÃO** para impor pena ao réu. Observando todos os elementos formadores do artigo 59 do Código Penal, que o réu é tecnicamente primário, delibero impor-lhe desde logo a pena mínima, ou seja, de 5 anos de reclusão e 500 dias-multa, no valor unitário de 1/30 do salário mínimo vigente na data do crime. Reconhecida a causa de diminuição prevista no artigo 33, § 4º, da Lei citada, reduzo a pena em dois terços, porque não encontro razões para uma redução menor. **CONDENO**, pois, **JEFERSON VERÍSSIMO** à pena de **um (1) ano e oito (8) meses de reclusão e de 166 dias-multa, no valor mínimo**, por ter transgredido o **artigo 33, “caput”, c.c. o seu § 4º, da Lei 11.343/06**. A conversão em pena restritiva de direito é vedada justamente pelo dispositivo que faculta a redução concedida. O regime só pode ser o **fechado**, pela inegável gravidade do crime, equiparado aos hediondos, que provoca grande nocividade à sociedade pelos efeitos devastadores, merecendo severa punição, que não seria alcançada caso a benesse, além da que foi concedida, seja ainda minorada com o regime aberto, que constitui em liberdade total, ou seja,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

em não punição. Como o réu aguardou preso o julgamento, assim deverá continuar, não podendo recorrer em liberdade e devendo ser recomendado na prisão em que se encontra. Deixo de responsabilizá-lo pelo pagamento da taxa judiciária por ser beneficiário da justiça gratuita. Expeça-se ofício para incineração da droga apreendida. Quanto ao dinheiro apreendido, embora seja provável que se trata de arrecadação com o crime, certeza mesmo disso não existe, motivo pelo qual deixo de decretar a sua perda. No entanto deverá ser utilizado no abatimento da pena pecuniária. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. Registre-se e comunique-se. **NADA MAIS.** Eu, Cassia Maria Mozaner Romano, Oficial Maior, digitei.

MM. Juiz(a):

Promotor(a):

Defensor(a):

Ré(u):